



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XV - Nº 285 - DE 26 DE JULHO A 9 DE AGOSTO DE 2004 - R\$ 1,50

**Os explorados não podem seguir
os exploradores e suas bandeiras**

**Rechaçar as bandeiras patronais
e empunhar as reivindicações
próprias dos oprimidos**

**Organizar a luta nacional de massa contra as
reformas sindical, trabalhista e universitária**

**A crise e a política do governo PT/Lula só
reservam mais opressão nacional e social**

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

**(divisão de todo o trabalho disponível
entre os que possam trabalhar)**

Unir empregados e desempregados numa só luta!

Bolívia: O engano do referendo fracassa

Denúncias

Burgueses batem o pé, Lula recua

O recuo do governo PT/Lula em sua decisão de aumentar a contribuição previdenciária de 20% para 20,6% mostrou bem o quanto os petistas são reféns dos capitalistas. Bastou uma pequena batida de pé contra a medida para Lula pedir a seus Ministros que mudassem a fonte de financiamento da correção de 2,3 bilhões de reais anuais destinados à correção do valor da aposentadoria surrupiado dos cálculos feitos pelo governo FHC.

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo, juntou-se aos empresários com o argumento de que se tratava de um erro político. Nesse caso, um líder do governo e representante do PT pôde se contrapor à decisão governamental, sem sofrer nenhuma penalidade por seu partido. Se votasse contra o salário mínimo de R\$260,00, certamente teria violado a disciplina partidária. É que o critério de disciplina e de posicionamento político no Parlamento é ditado pela política burguesa.

Há muito o PT se entregou de corpo e alma ao patronato, de forma que não dará nenhum passo contra os interesses da burguesia, a não ser no caso de uma fração contra outra. Assim mesmo dependerá da correlação de força no seio da classe capitalista. O recuo do governo em taxar o capital, mesmo sabendo que mais cedo ou mais tarde será repassado para os trabalhadores, é mais um dos episódios que comprova a submissão do governo PT/Lula aos ditames dos exploradores.

Porque defender um salário mínimo vital

O Brasil é um país de miseráveis, de aposentados que vivem na indigência, de jovens sem emprego e estudos e de brutal exploração do trabalho infantil. O salário mínimo condena milhões à penúria. É um decreto de fome. São:

- 22 milhões de trabalhadores que recebem de um a menos de um salário mínimo
- 12 milhões de aposentados do INSS.
- 45% da força de trabalho no Nordeste vivem com até um salário mínimo

O salário mínimo é o valor da força de trabalho de quase metade dos assalariados do Nordeste; de 34% da região Norte; de 25,4% da região Centro-Oeste; 19%, no Sudeste e 17,8% dos trabalhadores da Região Sul. Esses dados são do próprio governo. Sabemos que existem outros milhões que trabalham na con-

dição de escravos. São 559 mil jovens entre 10 e 17 anos submetidos ao trabalho semelhante ao dos escravos, boa parte como empregados domésticos.

O salário mínimo foi criado em 1940, durante o governo de Getúlio Vargas. Foram raros os momentos da história que o salário mínimo teve de fato elevação. A maioria dos anos, esteve abaixo de seu valor original.

Para a defesa da vida dos trabalhadores e aposentados, não há outro recurso senão a luta pelo salário mínimo real. Ou seja, um salário que dê para uma família de 4 pessoas comprar a cesta-básica, pagar aluguel, as tarifas de água e luz, o transporte, adquirir remédios e manter os filhos na escola. Somente a cesta-básica consome 170 reais. Os cálculos dos Dieese acusam que são necessários R\$1400,00 para uma família sobreviver. O importante é que para um trabalhador reproduzir a força de trabalho é preciso, com certeza, multiplicar os R\$260,00 por mais de 7 vezes. E são os trabalhadores organizados que devem calcular o que é necessário para uma família, portanto o salário mínimo vital.

Qualquer proposta que mantém o salário de fome, para preservar a economia burguesa, significa condenar milhões de brasileiros à miséria.

Os trabalhadores e a juventude, que amargam o desemprego e o salário de fome, devem rechaçar a política do governo PT/Lula, que é de proteção dos banqueiros, latifundiários e dos grandes empresários e de manutenção da miséria para a maioria do povo. É o governo que favorece o saque das riquezas nacionais por meio do superávit primário, das multinacionais e da especulação financeira.

Trabalho escravo



A foto acima mostra as mãos de trabalhadores rurais libertados em julho de trabalho semi-escravo no interior do Estado de São Paulo (município de Conchal).

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A crise mundial e a política governamental não permitirão o “crescimento sustentado”

O governo Lula tem festejado a retomada do crescimento em setores da indústria, que tem reduzido a ociosidade, passando dos anteriores 60% de utilização dos equipamentos para 82%, mesmo nível alcançado em 1992. Somente por aí, se vê que não se trata de um crescimento propriamente dito, mas de uma recuperação da capacidade produtiva de doze anos atrás. Ainda assim, é importante analisar os índices de crescimento industrial e no comércio apresentados nos últimos dois meses.

A essência do crescimento que tem sido registrado em geral concentra-se no setor voltado às exportações, principalmente o agronegócio. O Brasil aumentou em média 20% a produção agroindustrial, atingindo o primeiro lugar mundial na produção de soja, açúcar, café, laranja, e tornou-se o maior criador de gado bovino.

No setor industrial, a produção aumentou principalmente nos setores têxtil, de máquinas e tecnologia e automotivo. O setor têxtil cresceu 20% apoiado no crescimento das exportações. A produção de máquinas para o agronegócio se expandiu para atender ao crescimento da produção, que não se baseou numa ampliação da área cultivada, mas na aplicação de tecnologia (transgêneros, insumos) e superexploração do trabalho. O setor automotivo tem crescido suas exportações, que ocupam papel cada vez mais significativo. O ramo de autopeças tem respondido a esse aumento produtivo com mais contratações temporárias e aumento da exploração do trabalho.

O setor de comércio experimenta um crescimento especialmente no setor de vestuário. O comércio se beneficia do segundo semestre quando a classe média fica livre de impostos (de renda, IPVA), matrículas e material escolar e pode ampliar o consumo.

É importante verificar onde e por que se dá o “crescimento” para traçar um prognóstico. Ao lado desses índices econômicos positivos, ainda não se verifica

uma elevação considerável no Produto Interno Bruto (PIB) do país. O que implica a retração de diversos setores da economia. É o que se verifica por exemplo no setor da construção civil, que registrou uma queda de 8% no último período. Ou no setor químico, que tem registrado retrocessos mensais seguidos, em grande parte causados pela desnacionalização e abertura de mercado.

Há outros setores que começam a sentir as conseqüências da saturação do comércio internacional. A produção de eletrodomésticos foi afetada pela imposição de cotas e majoração de impostos argentinos. A soja brasileira teve de ser renegociada e ter seus preços rebaixados pela China. A carne exportada teve problemas semelhantes com a Rússia.

Esses elementos indicam que o crescimento brasileiro de exportações, ocorrido em nichos favorecidos pela disputa comercial interimperalista e pela desvalorização do Real frente ao dólar, não tem como prosseguir avançando no mesmo ritmo e tende a esbarrar no protecionismo e na superprodução mundial.

Internamente, não há perspectiva de crescimento, pelas pressões internacionais e pela política econômica recessiva do governo do PT/Lula. Os juros elevados, o agigantado parasitismo financeiro, a compressão salarial, a elevada carga tributária, os cortes de investimentos públicos, todos esses elementos pressionam pela retração econômica.

Desemprego ou Emprego

Os dados do governo registram também um aumento das contratações e assim uma redução do desemprego, revertendo a tendência do ano passado, quando se registraram 700 mil demissões. Esses dados têm de ser relativizados, porque se apóiam em critérios diferentes, que incluem agora, por exemplo, o subemprego como trabalho. Mas registram sem dúvida as contratações que têm crescido no comércio e em

setores industriais, como têxtil e automotivo, pelos motivos já citados.

Mas é um erro achar que o crescimento geral leva a um aumento do nível de emprego nas atuais condições. Basta ver o que acontece por exemplo nos setores do agronegócio e automobilístico.

No campo, o crescimento produtivo decorre da aplicação de tecnologia. Isso significa o uso de máquinas e insumos mais modernos, que requerem menos mão-de-obra. Os produtores de leite, por exemplo, têm realizado fechamento de postos de trabalho em grande escala, com o uso de máquinas de coleta que substituem os trabalhadores.

Nas cidades, crescem os acordos que permitem a ampliação da superexploração do trabalho. O uso de tecnologia se alia a maiores jornadas quando necessário (banco de horas, redução de jornada e salários) e todo tipo de corte de direitos (terceirização, temporários etc). Não há crescimento significativo de vagas nas montadoras. As indústrias de autopeças têm contratado sem investir em tecnologia, pois não confiam na longevidade do crescimento atual.

O atraso tecnológico causado pelos anos seguidos de retração econômica cria a possibilidade de investimento para recuperação de potencial produtivo mas não se reverte na ampliação de empregos. Ao contrário, a elevação da produtividade com a aplicação de tecnologia é muito superior à necessária para responder ao aumento circunstancial de demanda. O que leva a mais demissões.

Uma lição dada por esses números mostra que o seguidismo das direções sindicais burocráticas, que levam as massas a seguirem a bandeira burguesa da redução da taxa de juros, pode levar os trabalhadores a defender uma reivindicação que, atendida, causará ainda mais desemprego e superexploração do trabalho.

Não há perspectiva de amplo desenvolvimento das forças produtivas diante da atual crise mundial capitalista. A necessidade do capital financeiro de pre-

servar a lucratividade de formas artificiais leva ao aumento da ofensiva econômica, política e militar imperialista e, com ela, maior opressão nacional e social. Ou as massas se levantam contra essa ofensiva ou ela se reverterá em mai-

or miséria e exploração. É a conduta das direções sindicais, que trabalham pela conciliação e submissão das massas aos exploradores, que impede que os choques de classe acelerem a crise capitalista no rumo da revolução socialista. O

trabalho dos revolucionários é combaterem em defesa da independência de classe e das reivindicações mais sentidas das massas, em oposição à conciliação e submissão ao governo burguês e aos capitalistas daqui e de fora do país.

A classe operária diante do governo Lula

Os cerca de 50 milhões de votos que elegeram o governo do PT, em coligação com pequenos partidos, impuseram a derrota aos mais poderosos partidos que governavam o país e expressavam a continuidade histórica da oligarquia burguesa.

As massas exploradas já não aceitavam a continuidade da política pró-imperialista e tremenda opressão social exercida pela coligação PSDB, PFL e PMDB. Também setores capitalistas, com interesses internos e prejudicados pelas medidas de favorecimento do grande capital internacional, admitiram fazer experiência com o PT. O PL, apesar de ser um partido pouco expressivo, representou a aproximação do petismo com os interesses históricos da burguesia.

A classe operária se deslocou da influência dos partidos orgânicos da classe capitalista na esperança de ver atendida algumas de suas aspirações, principalmente o emprego. E os camponeses, a reforma agrária. A classe média urbana foi atraída pela idéia de não ver mais rebaixadas suas condições de existência.

Foi sobre essas necessidades materiais que o PT prometeu os 10 milhões de empregos, fim da fome e reforma agrária.

A grande burguesia, orientada pelo governo que seria derrotado, e este se orientando por meio da fração pró-imperialista, exigiu um compromisso de classe do candidato do PT. O resultado do acordo foi exposto na Carta aos Brasileiros, lançada pouco antes das eleições. Lula teve de impô-la ao conjunto de seu partido e torná-la fundamento de seu programa de governo.

Dois aspectos ressaltam: defesa do sistema capitalista e sustentação dos acordos e contratos internos e externos feitos por governos anteriores. A burguesia, com toda sua experiência histórica, tornava o PT refém de seus interesses de classe. Esse partido, que aos olhos da

burguesia, ora comparecia como um filho pródigo que deveria ser educado e ora como um corpo estranho temeroso para a ordem do Estado, teve de ir dando provas de que era capaz de mentir para as massas oprimidas e ser verdadeiro com a minoria exploradora interna e com os saqueadores imperialistas.

O fato do PT nascer vinculado aos principais sindicatos e com a mais poderosa central sindical dava-lhe autoridade para que ocupasse o lugar de oposição reformista e pudesse alimentar as ilusões dos explorados no Parlamento e no governo do Estado burguês.

A promessa mentirosa de salvar os oprimidos com milhões de empregos e programas de superação da fome, miséria e conflito agrário foi apenas consequência de uma trajetória de adaptação desse partido à ditadura de classe da burguesia sobre a maioria nacional. Por outro lado, o acordo que está sendo plenamente cumprido a serviço dos exploradores é outra face da mesma moeda.

Enquanto a classe operária foi iludida pelo PT, a classe capitalista foi e está sendo atendida nas suas exigências. A política econômica antinacional e antipopular do novo governo vem atacando as mais elementares condições de existência da população e protegendo, em primeiro plano, o capital financeiro.

O extraordinário surto grevista no funcionalismo indica um primeiro embate com os traidores. O "abril vermelho" do MST veio como uma necessidade urgente frente ao não cumprimento de metas de assentamentos. O descontentamento dos oprimidos afloraram nas inúmeras greves isoladas do funcionalismo e na jornada de ocupação de terra do MST. Mas logo o movimento social se deparou com a política das direções sindicais de fragmentar o funcionalismo em um ferrenho corporativismo e com a diretriz da direção do MST de sustentar o governo

Lula, refletindo a estratégia de obter a reforma agrária pela via dos assentamentos e de diretrizes estatais conseguidas por pressões advindas das ocupações.

E a classe operária?

Esta continua sob o brutal controle do aparato sindical burocrático. Os burocratas levantam as bandeiras que os sindicatos patronais estão levantando, de redução de impostos. Há uma convergência em torno da estratégia de sustentar o governo Lula e colocar a paralisia dos sindicatos como fator de estabilidade econômica e política. O que implica aceitar as medidas e reformas pró-imperialistas.

As metas impostas pelos acordos com o FMI\Bird limitam o orçamento do governo, freiam qualquer reposição de perdas ao funcionalismo e sobretudo condicionam a manutenção do salário mínimo ao patamar mais baixo de sua história.

Esses elementos são importantes para a defesa da política proletária no interior das massas, que não venceram suas ilusões e que se encontram bloqueadas pelo sindicalismo estatizante e conivente com a diretriz econômica pró-imperialista do governo.

É preciso travar a luta no campo das reivindicações elementares em defesa da vida das massas e das bandeiras antiimperialistas, sem confundí-las com a demagogia do nacionalismo burguês ou pequeno-burguês. Realizar a campanha sistemática de desmascaramento do reformismo, que se mostra historicamente impotente, temeroso frente às mobilizações dos explorados, repressivo e refém das imposições dos monopólios.

É parte dessa luta, nesta etapa de luta contra o governo PT\Lula, a denúncia da burocracia sindical e a defesa da independência dos sindicatos\CUT frente ao governo, o Estado e partidos da burguesia.

Conlutas: por que cindiu a CUT?

Cerca de 300 sindicatos pelo país, sob a influência do PSTU, do P-Sol e de outras correntes de esquerda, assinam um manifesto e estão lançando a discussão junto a suas bases de desfiliação da CUT e criação de uma nova central sindical, a Coordenação Nacional de Lutas, Conlutas.

Os argumentos para a ruptura com a CUT são sua integração e apoio ao governo e suas reformas neoliberais, sua profunda burocratização e falta de democracia interna, sua direitização (com a renúncia a diversas de suas bandeiras e substituição por outras que as negam) e por fim a reforma sindical apresentada pelo governo do PT/Lula, que anula os pequenos e médios sindicatos, substituindo-os pela burocracia dirigente das centrais sindicais e anulando a possibilidade de negociação pelas forças minoritárias.

Se os sintomas apresentados para caracterizar a CUT têm fundamento, a causa central da ruptura está dissolvida. O fato é que a futura reforma sindical permitirá que a direção majoritária da CUT se sobreponha nas negociações às direções das minorias opositoras, que estão em sindicatos pequenos e que não se enquadram nas exigências da futura legislação. Assim, a ruptura com a CUT expressa muito mais a disputa pelo controle dos sindicatos e seu papel de negociação que qualquer outra coisa.

A formação do Conlutas não se dá a partir de uma ruptura com a política reformista do PT, mas na sua afirmação, na medida em que se baseia na pretensa tentativa de resgate do programa, da política, das bandeiras e da organização da CUT de 1983. Rompe-se com a CUT para defender seu programa reformista, esse mesmo que a levou à integração ao governo e estado capitalistas. -

Durante muitos anos, ao longo dos quais a direção da CUT foi eliminando a democracia interna, afastando as bases das decisões, renunciando a bandeiras e assimilando as reformas neoliberais, colocou-se a necessidade de formação de uma fração revolucionária em seu interior, que expressasse

a política do proletariado e a independência de classe. A essa luta, as direções sindicais da oposição à Articulação sindical sempre se negaram. Agora que a reforma sindical pode lhes tirar o controle de aparatos sindicais, rompem com a CUT e a abandonam aos reformistas governistas. E o fazem para construir outra central com o mesmo programa reformista que levou a CUT ao lugar onde se encontra hoje.

A central sindical e os sindicatos, ao contrário do partido, são organizações de frente única da classe para enfrentar os opressores. A unidade é uma necessidade dos movimentos para obterem a força necessária para enfrentar a classe dominante. A posição revolucionária diante das organizações sindicais é a defesa da unidade. A unidade não significa se submeter às políticas dos reformistas, mas trabalhar junto às massas sob influência dos reformistas para que elas, a partir da experiência concreta com suas direções, percebam seu papel traidor e rumem para as posições revolucionárias.

Para o partido revolucionário, que sabe que o reformismo irá inevitavelmente trair, a transformação das organizações sindicais em instrumentos revolucionários é obra das massas que assimilam o programa revolucionário. São as massas, com seu partido organizado, quem expulsará os reformistas e ligarão as organizações sindicais à luta revolucionária. Para os reformistas, só interessa a unidade se servir para a imposição de suas políticas. Sob essa ótica, a unidade e divisão das organizações sindicais é obra das suas direções.

Por isso é que normalmente a divisão das organizações sindicais é feita pelos reformistas contra os revolucionários.

A unidade sindical não é um princípio para o partido revolucionário. A cisão de uma organização sindical pode jogar um papel progressivo se estiver apoiada na política revolucionária contra a de conciliação de classe e expressar um movimento das massas ou de uma parte delas de ruptura com essas mesmas direções burocráticas e conciliadoras.

Mas ainda que numa situação de divisão imposta pela situação, os revolucionários continuam a defender a unidade da classe numa só organização sindical, que será revolucionária por ação da classe e não pela disputa de aparelho.

A formação do Conlutas se dá numa conjuntura em que se apresenta como alternativa de integração da CUT ao governo. Procura canalizar as lutas contra as medidas governamentais para uma política reformista de esquerda.

Basta ver que levanta como uma das bandeiras centrais na situação a defesa da criação de empregos, sem defender a escala móvel de horas de trabalho. Ou seja, essa defesa do emprego se dá a partir do desenvolvimento econômico. No que se distingue da política da CUT? Ambas se colocam por mais emprego a partir do crescimento econômico capitalista. Sob a visão da burocracia dirigente da CUT, esse crescimento se dá pela pressão sobre o governo para que ajuste sua política econômica. Pela visão das correntes que encabeçam o Conlutas, trata-se de obter esse mesmo crescimento capitalista para gerar empregos através da mobilização contra o governo e sua política econômica, substituindo-os por outros.

As bandeiras que se apresentam como antiimperialistas se restringem aos plebiscitos distracionistas.

A vanguarda revolucionária tem pela frente a tarefa de trabalhar no interior desse processo contraditório em defesa do programa revolucionário para os sindicatos. Atuar no interior do Conlutas para mostrar o caráter aparelhista da cisão com a CUT e a necessidade de rumar para o programa revolucionário, que é a negação do programa reformista da CUT pela Base de 1983. E têm de atuar no interior da CUT em defesa de uma fração revolucionária em seu interior. Em ambos os casos, manter em pé a defesa da unidade das organizações sindicais sobre a base da política de independência de classe do proletariado, expressa pelo partido operário revolucionário.

A “estabilidade” do governo PT/Lula

Desde que assumiu o Estado, o governo petista tem recebido da mídia burguesa os mais altos elogios no que se refere à política econômica: é “responsável” por sustentar o pagamento das dívidas interna e externa, através de superávit primário que ultrapassa os 4,25%, é “cauteloso” na política das taxas de juros e “no ajuste das contas públicas” e tem feito o setor da agroindústria exportadora alcançar os maiores índices de sua história no país. Portanto, mantém a “estabilidade” econômica herdada de FHC, a partir do plano Real.

Nesse retrato da economia brasileira, não faltam também, por parte do próprio governo, as colocações de que tal conjuntura já está criando as bases para o maior desenvolvimento do país. Promete-se para os próximos anos “o espetáculo do crescimento”. E não só a mídia ou o governo capricham nessas análises, a burocracia sindical também vê a situação assim, como a CUT/SP destaca em seu panfleto de 16 de julho: “no âmbito

federal, vale destacar que, após um 1 ano e meio, alguns indicadores econômicos vêm apresentando melhora, no entanto, esses resultados ainda são insuficientes”. Ora, a burocracia comprova com “surpresa” que a “estabilidade” ainda não apresentou os resultados que esperam os trabalhadores, mas já é um “começo”.

O que essa burocracia, governo e mídia não podem falar abertamente é que essa suposta estabilidade não é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas internas, da melhora da situação econômica das massas e/ou da diminuição dos conflitos e lutas no campo e na cidade, mas que resultam diretamente da força que os sindicatos e organizações de todos os tipos tem demonstrado na contenção e sufocamento dos movimentos que se desenvolvem em todo país.

A “estabilidade” do governo Lula diante de um PIB que retrocedeu 0,2% em 2003, diante do aumento de desemprego, da fome, da violência urbana, e dian-

te do brutal arrocho salarial e piora nos serviços públicos, como saúde, educação etc é dada, não por condições objetivas de crescimento da economia brasileira ou mundial, mas pela relação que esse governo tem com as direções dos movimentos.

A quebra das greves do funcionalismo público, que ocorreram em diversos estados e a implantação das reformas neoliberais sem a oposição organizada pelas Centrais foram e são as pilastras sobre as quais se sustenta o governo. É, enfim, a política das direções sindicais, sobretudo, do movimento operário que constitui atualmente o fator de “estabilização” do capitalismo brasileiro. É com ela que o desgaste do governo se ameniza e as massas são impedidas de levantarem as lutas e bandeiras que, respondendo aos seus problemas mais imediatos, acabariam com qualquer estabilidade ou paz sonhada pela burguesia nacional.

Eleições municipais de Fortaleza-CE

A primeira pesquisa da imprensa burguesa para depois de serem oficialmente conhecidos os candidatos foi divulgada. Revelou os seguintes dados: Inácio Arruda (PCdoB), com 34%, Moroni Torgan (PFL), com 26%, Antônio Cambraia (PSDB), com 15%, Luzianne Lins (PT/DS), com 6%, Aluizio carvalho (PMDB), 1%, Valdir Pereira (PSTU), menos de 1%, Antônio Vital (PCO), menos de 1% etc.

Inácio Arruda, coligado com PL, PRONA, PPS e PCB etc, é o candidato preferido pelo Planalto, pois votou na reforma da previdência (atacou os trabalhadores aumentando a idade para se aposentar e instituindo a cobrança dos aposentados do serviço público) e tributária (que legaliza a taxa do lixo) e por último na proposta do salário de fome e miséria de R\$ 260,00 do governo Lula/FMI. E, ainda, se coligou com as velhas oligarquias, como Ciro Gomes (PPS), ex-prefeito biônico e comparsa e padrinho do senador Tasso Jereissati (PSDB), que roubou o Estado e sucateou os serviços públicos.

A deputada Luzianne Lins fez coligação somente com PSB, e sua candidatura só foi homologada depois de aceitar a diretriz da direção nacional do PT, como, por exemplo: não criticar o governo Lula e inclusive defendê-lo. Mas o PT está rachado no seu apoio, pois Mario Mamede e o traidor José Pimentel, que foi o relator da reforma da previdência, declaram apoiar Inácio Arruda, ambos sendo da Articulação. Já o demagogo Moroni Torgan (ex-PSDB), cria de Tasso, faz agora apologia contra as medidas neoliberais do governo Lula. É ele também uns dos responsáveis pela destruição dos serviços públicos e corrupção no Estado, na época que era Secretário de Segurança Pública no primeiro governo Tasso, e vice dele em 1998.

O candidato do prefeito Juraci Magalhães, Aluizio Carvalho, está nas últimas colocações, devido à corrupção em que está envolvido o prefeito e sua quadrilha, pelo desvio de verbas de mais 2 milhões da merenda escolar, cartão saúde, mudança da iluminação pública, criação da taxa do lixo, implantação do Passcard que elimina os vales de papel (vale

transporte), vem preparando as condições para demitir os cobradores e limitar a meia estudantil. O candidato do PCO entrou na justiça burguesa para legalizar a sua candidatura, pois o diretório nacional considerou ilegal a convenção estadual realizada.

Nós, do POR, colocamos para os operários, estudantes e oprimidos a votarem nulo nestas eleições, porque não nos é possível concorrer (dada a legislação antidemocrática) para denunciá-las e mostrar que são um instrumento da burguesia para enganar as massas e estabelecer quem vão ser os seus próprios algozes e explorá-los. Por questão tática, o Partido Operário Revolucionário chama o voto nulo programático. Por que não existe nenhum partido nessas eleições que tenha um programa revolucionário para destruir o sistema capitalista e construir o regime socialista através da revolução proletária. As correntes que estão utilizando a imprensa burguesa no horário eleitoral não denunciam essa farsa que são as eleições, que não vão resolver os problemas das massas como o desemprego, miséria etc.

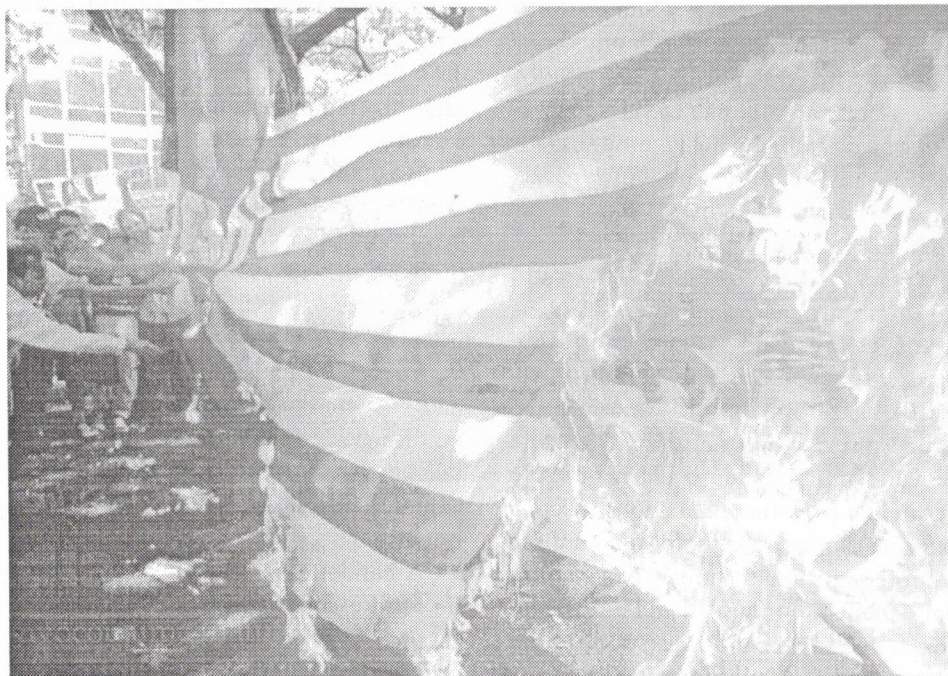
Os oprimidos têm de manter sua independência diante dos opressores

No último dia 16 de julho, a CUT convocou uma manifestação por mudanças na política econômica do governo Lula. Reproduzimos abaixo o manifesto distribuído pelo POR na data.

A CUT chamou um dia nacional de mobilizações e lutas por mudanças na política econômica. Reivindica emprego, salário, redução da jornada, reforma agrária, não à Alca e contra a renovação dos acordos com o FMI. Mas pede também a redução da taxa de juros e uma nova estrutura sindical. As reivindicações imediatas das massas aparecem ao lado de outras que interessam aos capitalistas da indústria. A jornada de lutas é colocada na perspectiva de pressionar o governo do PT/Lula a modificar a política econômica, favorecendo setores patronais considerados produtivos. Alimenta-se assim a ilusão de que o crescimento econômico é a condição para o atendimento das reivindicações das massas.

A necessidade de reajuste salarial e defesa do emprego se destaca na situação. O confisco salarial se dá pelo aumento de preços (inflação), enquanto os salários ficam congelados ou têm reajustes bem menores que a inflação. Mas o arrocho é feito também com cortes de direitos sociais, como saúde, educação, previdência etc. A redução do salário bruto vai para os bolsos dos patrões, e a redução dos direitos beneficia os parasitas da dívida pública. As lutas pelos reajustes salariais e em defesa dos serviços sociais públicos e gratuitos colocam os explorados contra os exploradores.

O desemprego tem batido todos os recordes. As demissões são feitas em todos os setores, em crise ou em expansão. Nos setores em crise, primeiro os patrões cortam direitos, impondo acordos de aumento da exploração do trabalho, para depois demitir e com isso recuperar parte da queda da taxa de lucro. Nos setores em expansão, a modernização tecnológica vai levando a demissões para muitos e superexploração para o resto. Os postos de trabalho vão sendo eliminados, enquanto se cortam direitos e se aumenta a exploração. A única forma de garantir o emprego para todos é através da escala móvel de horas de trabalho, ou



Na manifestação de 16 de julho, foi queimada a bandeira dos EUA.

seja, dividir todo o trabalho disponível entre os aptos a trabalharem, de forma a que não haja mais desemprego. Isso leva a atacar fundo os lucros dos capitalistas, por isso a solução do desemprego leva ao choque entre explorados e exploradores.

A reforma agrária sofreu um retrocesso no governo do PT/Lula. Nunca os latifundiários mataram tantos sem-terra. As prisões das lideranças dos movimentos são feitas sob o véu do governo petista. A medida provisória de criminalização das ocupações é mantida. Aumenta a concentração de terra e cada vez mais pequenos proprietários são jogados nas estradas, pelo endividamento com os bancos e pelo crescimento do latifúndio. A solução para o problema da terra depende da expropriação sem indenização dos latifúndios e da agroindústria. Em aliança com a classe operária, os camponeses poderão aplicar a tecnologia e produzir o que interessa aos explorados. Para isso, terão de se chocar contra os capitalistas donos das

terras.

O imperialismo realiza uma ofensiva internacional que se manifesta de forma econômica, política e bélica, de acordo com as suas necessidades. No Iraque e Afeganistão, invade com suas tropas e tanques e ocupa, massacrando a população e impondo governos marionetes. Na Colômbia, Bolívia e Haiti, combina ações militares com pressão política e econômica. No Brasil, Argentina e outros países, a pressão econômica e política visa a imposição Alca e com ela a abertura de mercado, destruição de direitos, ampla liberdade de exploração capitalista e parasitismo, preservando o protecionismo imperialista. Os acordos com o FMI garantem o sustento do parasitismo às custas do estrangulamento dos assalariados e da economia nacional. A ofensiva do imperialismo aumenta a opressão nacional e social. As massas, em defesa própria, lutam e o atendimento das reivindicações leva ao confronto com o imperialismo. O governo do PT/Lula e a burguesia submissos aplicam as diretri-

zes do capital financeiro internacional, com atritos circunstanciais. A solução das reivindicações das massas depende do choque contra o imperialismo, o governo e a burguesia nacional. A construção da frente única antiimperialista, sob a direção e programa da classe operária, colocará os oprimidos em luta contra o imperialismo e a burguesia submissa.

Os direitos trabalhistas são atacados para viabilizar o aumento da superexploração do trabalho. O governo se coloca como instrumento para realizar uma reforma trabalhista que dará maior liberdade aos patrões para aumentarem a exploração. A desintegração do capitalismo, que leva até multinacionais a uma situação de falência contábil, é descarreada sobre as massas com a destruição de direitos. Outras reformas são feitas com o mesmo intuito: a reforma universitária subsidia o ensino pago e sucateia e privatiza o ensino público; a reforma da previdência foi um confisco sobre o funcionalismo e aposentados, em benefício do parasitismo e dos bancos. A defesa dos direitos só pode se dar com o combate às reformas neoliberais, e isso leva as massas a se chocarem contra o governo do PT/Lula e a burguesia.

As bandeiras patronais devem ser rechaçadas

A direção da CUT tem defendido que os movimentos se alinhem na defesa da redução da taxa de juros e de uma nova estrutura sindical.

A redução da taxa de juros não diz respeito aos explorados. Juros altos beneficiam uma parcela dos exploradores; juros baixos beneficiam outra parcela. Para os explorados, o que interessa de verdade é a garantia de emprego e um salário que dê condições de sobrevivência. A redução da taxa de juros não leva a uma coisa nem a outra. Os capitalistas da indústria, beneficiados com a redução dos juros, vão alimentar seus lucros com ela. Se puderem, vão investir em tecnologia para ampliar a exploração do trabalho e as demissões. Os industriais e os políticos ligados a eles chamam as massas a apoiarem a redução da taxa de juros e fazerem pressão sobre o governo. Basta conseguirem o que querem e vão se voltar contra os oprimidos em busca de maior lucratividade pela superexplo-

ração do trabalho.

As reivindicações que expressam de verdade os interesses dos explorados são:

1) a de um salário mínimo real, definido nas assembléias de base, e que seja suficiente para um trabalhador e sua família sobreviverem. Esse salário deve ser reajustado de acordo com a variação da inflação todo mês (escala móvel de salário). As perdas salariais têm de ser repostas integralmente.

2) a do fim do desemprego, com a estabilidade para todos, e a divisão do total de horas de trabalho disponível entre todos os aptos a trabalharem, sem redução de salários (escala móvel de horas de trabalho).

Os capitalistas dirão que a economia não suporta o atendimento dessas reivindicações. Sustentar a economia capitalista decadente não é tarefa dos explorados, menos ainda se sacrificarem por ela.

A bandeira da reforma sindical está de acordo com a necessidade de cortar direitos. O governo e os patrões querem que as centrais sindicais, por meio das burocracias sindicais corrompidas que as dirigem, negociem por cima e às costas dos trabalhadores os cortes de direitos, o arrocho salarial, as demissões, enfim, a superexploração do trabalho e a total liberdade de fazê-lo pelos exploradores. A reforma sindical não levará à liberdade de organização sindical, e sim a um maior atrelamento dos sindicatos ao Estado capitalista. Seu objetivo é anular os sindicatos como instrumentos de mobilização e luta em defesa das reivindicações, e colocá-los para ajudar a enfiar mais opressão sobre as massas.

Contra o seguidismo à burguesia e seu governo, temos de rejeitar essas duas bandeiras e defender a real independência dos sindicatos e dos movimentos em relação ao governo e aos patrões. Independência quer dizer luta. E livre organização e direito irrestrito de greve.

O caminho é colocar a solução dos problemas nas próprias mãos

As reivindicações dos explorados dependem da luta unitária e organizada das massas contra os capitalistas e seus

governos. Não será a pressão parlamentar sobre os deputados corruptos que levará a conquistas. O governo do PT/Lula, formado sob a tutela do imperialismo e pela aliança com as frações capitalistas de todo tipo, é um governo burguês e de traição às reivindicações. Tem de ser enfrentado nas ruas ou aplicará mais reformas neoliberais.

As várias greves que têm ocorrido, as ocupações de terra, as manifestações antiimperialistas, todos esses movimentos padecem do mesmo problema: a divisão imposta pela política corporativista das direções sindicais burocratizadas e atreladas ao governo e à politicagem patronal.

A saída para as massa é ultrapassar essas direções e sua linha de conciliação com o governo e os patrões, por meio das assembléias de base massivas e democráticas, pela construção de comandos de luta de base subordinados às assembléias, aprovação das reivindicações dos explorados em oposição aos capitalistas e seu governo, realização de lutas conjuntas e exigência de negociação coletiva. A plataforma de reivindicações somente unirá os explorados se enfrentar os exploradores.

O capitalismo decadente não pode oferecer nada de bom para os explorados. Tem de ser combatido e finalmente derrotado pela revolução proletária, socialista. Ou se caminha para o enfrentamento com o capitalismo ou se ajuda a preservá-lo e com ele o aumento da opressão de todo tipo, em especial da nacional e social. É a independência de classe que pode garantir a defesa da vida e do trabalho contra a barbárie da decomposição imposta pelo capital financeiro e seus agentes. Ressalta na situação a falta de um partido revolucionário enraizado nas massas, capaz de fazer a defesa permanente da independência de classe. É tarefa de todo militante consciente trabalhar pela sua construção, o que se faz elaborando o programa que expressa a luta pela emancipação dos explorados, em oposição às pressões dos exploradores de arrastarem as massas sob sua tutela. A emancipação dos explorados se constrói a cada dia, colocando em prática a independência de classe que, no seu mais alto grau, porá fim à exploração.

Greves nas universidades paulistas: Piquetes obrigam Cruesp a reabrir negociações

O Conselho de Reitores (Cruesp) tinha chantageado os sindicatos de professores e funcionários, primeiro condicionando as negociações à retirada dos piquetes e depois obtendo uma liminar para retirada pela polícia dos piquetes. A firmeza dos funcionários da USP, com o apoio dos estudantes, conseguiu obrigar o reitor a recuar diante da possibilidade de confronto físico entre grevistas e repressão. É certo afirmar que aceitar a chantagem e retirar os piquetes levaria à vitória da reitoria e não às negociações.

Após o anúncio da não utilização da polícia, ocorreu uma reunião entre o reitor da USP (Melfi) e o Sintusp, que ainda contou com a participação de um membro do DCE. O reitor Melfi reconheceu que a elevação da arrecadação do ICMS permite reajuste salarial e que a USP tem ainda mais folga orçamentária que as demais e se comprometeu a atender a reivindicação do reajuste tíquete restaurante para 130 reais aos funcionários (pode ser ainda maior). Também se comprometeu a agendar a negociação com o Cruesp e retirar os processos contra manifestantes. Após a reunião, os funcionários em assembléia decidiram suspender os piquetes até a próxima assembléia (3 dias depois), para avaliar então os resultados das negociações. O Cruesp ofereceu 2% de reajuste, rejeitados pelos sindicatos.

Para os estudantes, o reitor da USP prometeu agendar negociações sobre a pauta estudantil.

A negociação usada para conciliação

As correntes reformistas entendem a negociação como um fórum para obter migalhas a serem apresentadas como conquistas ao movimento. Rebaixam as reivindicações nas negociações, a fim de chegar a um acordo. Quando mobilizam, é para atingir a negociação e com ela a conciliação. O maior objetivo é o fortalecimento eleitoral de suas posi-



O piquete venceu a intransigência da reitoria

ções.

Os revolucionários negociam para aumentar a mobilização, portanto o choque contra os governantes e os exploradores. Não rebaixam as reivindicações e exigem o seu atendimento. O atendimento parcial ou total de reivindicações é resultado da menor ou maior força do movimento. A principal conquista é a maior unidade e coesão dos oprimidos na luta contra os opressores.

As negociações obtidas com o reitor da USP devem servir para comprovar a intransigência da burocracia universitária e radicalizar os estudantes para combatê-la pela mobilização. E não para mendigar migalhas a serem apresentadas como conquistas da direção.

Por isso a discussão do que deve ou não deve ser apresentado nas negociações não procede. O critério de não levar às discussões os pontos em que não se pode transigir (como as fundações) é duplamente errado. Primeiro, porque implica que outras reivindicações possam ser rebaixadas; segundo, porque deixa de exigir da reitoria seu atendimento.

A pauta deve ser levada em seu conjunto às negociações. O não atendimento pela reitoria deve servir para levar os estudantes a assimilar a idéia de que é necessário radicalizar a luta contra os mandantes da universidade.

O reajuste salarial deve ser mantido como centro da greve

Com a continuidade do movimento e a intransigência do governo Alckmin e dos reitores, aliada à ação repressiva que conta com apoio de diretores de várias unidades, abriu-se a discussão da necessidade de ampliar a luta pelo "Fora Melfi" na USP e eleições diretas para reitor. Alguns chegaram a defendê-la como bandeira central para a greve. Outros, que antes defendiam que a bandeira central deveria ser os 11,6% do ICMS para as universidades, estão em busca de outro "eixo", já que a pressão parlamentar institucional e via lobby está esgotada pela votação da LDO pela Assembléia Legislativa.

É certo que a greve deve empunhar a luta pela destituição do reitor repressivo, que trouxe a polícia para dentro da universidade. Assim como essa luta deve se voltar contra os diretores de unidades que o apoiaram nesse crime. Mas o centro da greve deve se manter ao redor do reajuste salarial, que é o que expressa a contraposição à política de sucateamento e privatização da universidade e o confisco da reforma da previdência. A renúncia a essa reivindicação é aceitar a imposição governamental.

Publicamos abaixo boletim da Corrente Proletária de Londrina, no. 18, de Julho de 2004

Sobre as eleições do DCE da UEL

O processo de eleição do DCE este ano foi marcado pela despolitização, caracterizada por manobras eleitorais semelhantes às que vemos nas eleições burguesas e pelo debate de questões secundárias em vez das mais relevantes, como por exemplo a Reforma Universitária.

A atuação das chapas dois e três se baseou em manobras para desviar a atenção dos estudantes de fatos que hoje ocupam o centro da política educacional e por práticas comuns em eleições para vereador – mentiras, propostas vazias, voto por amizade e por cabresto.

O tema mais utilizado para desviar das questões importantes foi a discussão do “partidarismo”. Como pudemos notar no processo eleitoral, os que pregam o “apartidarismo” no movimento são principalmente aqueles ligados ao PT e ao PCdoB, os dois partidos que hoje, com mais afinco do que qualquer outro, defendem piamente as imposições do imperialismo, como a reforma universitária, o pagamento fiel da dívida externa, o salário mínimo de fome etc., e que justamente por isso devem esconder sua ligação com tais partidos traidores dos interesses da maioria oprimida.

Na verdade, a discussão do “apartidarismo” não passa de uma tática de desmobilização do estudante menos participativo, para que continue sem participar, deixando assim o DCE e Centros Acadêmicos sob controle dos próprios “apartidários”. Esta tática se apóia na desilusão dos estudantes com as práticas dos partidos eleitoreiros no interior do movimento estudantil. São partidos como o PT e o PCdoB que representam um entrave nas lutas das massas e que realmente afastam a participação dos estudantes.

Os “apartidários” afirmam que todos os problemas do movimento estudantil têm como causa a participação de mili-

tantes ligados a partidos. O atraso do movimento estudantil, contudo, se deve principalmente à *orientação traidora e colaboracionista* das correntes presentes na direção das uniões estaduais e nacional dos estudantes (PT e PCdoB). Que os estudantes se organizem nos partidos políticos revela apenas que também entre eles ocorre a divisão que se verifica em toda a sociedade, como não poderia deixar de acontecer. Os partidos são estruturas que representam as classes sociais no capitalismo e que disputam o poder do Estado, daí ser natural que eles lutem para que suas posições sejam efetivadas. O fato de estar vinculada a um partido revela que determinada pessoa possui um objetivo e deseja que ele se concretize e isto não tem nada de negativo para o movimento estudantil. Se todos expressassem suas opiniões claramente, os debates seriam mais claros e as decisões realmente expressariam o desejo da maioria.

A construção do movimento estudantil passa pela concretização da sua autonomia em relação partidos eleitoreiros e ao Estado. E isto somente será possível se se estruturar uma corrente que defenda na universidade o programa da revolução e ditadura proletárias, ou seja, o ponto de vista das massas oprimidas. Somente um movimento autônomo e politizado tem condições de efetivar a verdadeira democracia estudantil, sustentada nas deliberações das assembleias, com a organização dos CAs, e com o fortalecimento da participação nos Conselhos Deliberativos do DCE.

A efetiva participação estudantil levará a conclusão da necessidade de organização em torno de correntes que tenham posição claramente definida. A maior parte dos estudantes se encontra desorganizada e dispersa, o que favorece a atuação dos organismos da burguesia para manter sua alienação política e social.

Quem acredita na democracia de representação, que acha que haverá um deputado, prefeito, senador, presidente etc., que irá resolver os problemas de moradia, habitação e educação, inevitavelmente deve se aproximar de um partido eleitoreiro como os tantos que temos por aí (PT, PCdoB, PMDB, PFL etc.) para pleitear suas reivindicações. Para os revolucionários, a necessidade de organização partidária se dá em outro marco, o da destruição do capitalismo e conseqüentemente da democracia burguesa, para impor um sistema onde cada um se representa, por acreditar que ninguém é mais “capacitado” que alguém para dizer e lutar pelo que cada um pensa.

A universidade não é uma ilha isolada do mundo, constitui uma superestrutura que se organiza de acordo com a estrutura econômica que rege a sociedade, sendo assim, ela não resolverá seus problemas internamente, pois estes são reflexos dos problemas sociais e econômicos gerais. Quem pretende uma luta conseqüente em defesa da universidade pública deve defender uma organização que vá para além dos limites acadêmicos.

A Corrente Proletária na Educação procura expressar e se apoiar na política da classe operária para lutar no movimento estudantil. Ou seja, sabe que a emancipação do estudante está ligada à conquista do socialismo, que só pode ser resultado da revolução proletária.

Elabora a luta pelas reivindicações estudantis a partir da necessidade de erguer o movimento estudantil para que se entenda, a partir da própria experiência, a necessidade de juntar-se à classe operária em sua luta revolucionária. Portanto, defende a construção do Partido Operário Revolucionário sobre um programa que tenha como estratégia a revolução proletária.

...e sobre as chapas

Alguns membros da Corrente Proletária participaram da chapa um – “Atitude”. Acreditamos que os documentos da própria chapa a caracterizam bem, por-

tanto, falaremos aqui das outras duas que disputaram as eleições.

A chapa dois – “Virar ao Avesso” – composta majoritariamente por mem-

bro da corrente UJS (PCdoB), que vem há anos aparelhando a UNE e atuando como um freio para as reivindicações e mobilizações estudantis – defendeu em

seus materiais de propaganda o apartidarismo e a autonomia das entidades perante os governos e a reitoria. Essa defesa contradiz a prática dessa corrente, que vem colaborando com os governos no ataque à educação, na destruição de direitos e atualmente no projeto de reforma universitária que visa à destruição da Universidade Pública, de acordo com os interesses do imperialismo para a expansão do mercado sobre a educação.

Além disso, a chapa propôs ampliar a ligação e a comunicação entre os estudantes e a UNE, porém, esta mesma corrente defendeu no último congresso da entidade que a eleição de delegados representantes dos estudantes para os congressos, onde é decidida a linha política e de ação da UNE, que seguia a proporção de 1 para 600, diminuísse a 1 para 1.200, o que significa na prática maior distanciamento da entidade da realidade das universidades e uma maior burocratização de um espaço que deveria ser aberto à participação de todos. E, como se já não bastasse, defendeu o apoio irrestrito ao governo Lula/PT, que pretende destruir a educação pública.

Mesmo com pouca inserção no movi-

mento estudantil, essa foi a chapa eleita, com uma diferença de apenas 39 votos, graças à máquina do PCdoB, que disponibilizou uma série de estudantes profissionais para realizarem a campanha da chapa.

A chapa três – “Divulgando e Constituindo o Esclarecimento” –, apesar do nome, se caracterizou principalmente pela falta da divulgação e do esclarecimento de suas propostas. É importante que em um processo eleitoral os estudantes possam ter clareza dos princípios e propostas de cada chapa, podendo assim decidir seu voto.

Toda pessoa que conhece minimamente determinada matéria tem uma posição sobre isso, toma certo partido, e não revelá-lo demonstra o que em política é chamado de oportunismo, a falta de uma linha, o que permite que se eleita a diretoria possa assumir qualquer posicionamento, até mesmo contrário aos interesses estudantis, posto que não se comprometeu com nada. Além de esconder suas posições, a chapa ainda teve o pior tipo de prática política, inventando denúncias mentirosas sobre as outras chapas para com isso difamá-las e assim

tentar atrair mais votos.

Essas posturas foram rechaçadas pela maioria dos estudantes que votaram, e a chapa ficou em 3o lugar, e agora, dizendo que ninguém está satisfeito com o resultado da eleição, tenta mais uma manobra para anular todo o processo e jogar o movimento estudantil da UEL em mais um ano de imobilismo, como aconteceu entre 1997 e 98.

O Conselho Deliberativo do DCE rejeitou a anulação do processo, então a chapa três apelou para a assembléia, que será realizada na semana que vem. Apesar da posição da chapa ser apenas uma manobra para causar tumulto, acreditamos que a assembléia decidirá definitivamente a questão. Na discussão, já deu para perceber qual será a postura dos membros da UJS na direção do DCE: foram covardemente contrários à realização da assembléia, mas quando viam que perderiam voltaram atrás no voto para não serem atropelados pelos CAs. A chapa um se colocou contrária à impugnação da eleição, mas defendeu a realização da assembléia, onde todos podem colocar suas posições.

Obras Completas de Guillermo Lora

Muitas correntes criticam e criticaram o POR boliviano sobre a questão da bandeira: “Todo Poder a COB”, no início apoiavam, depois passaram a apoiar outras bandeiras. Inúmeras delas desconhecem como surgiu a COB, seu papel inicial como um Soviete e seu processo de burocratização. Neste número mostraremos a continuação da matéria do jornal passado que mostrava a formação da Central Operária Boliviana logo após a revolução de 1952. Dizia o texto: “No convulsionado ano de 1952 foi colocada em pé uma entidade com características soviéticas, que organizativamente demonstrou ter uma descomunal elasticidade e que permitiu englobar em seu interior quase toda a população” (...) “A COB criou, no próprio momento em que veio à luz, as milícias fortemente armadas” (...) “Era um poder real que quase imediatamente entrou

em choque com o governo oficial” (...) “O nacionalismo executou sistemática e paulatinamente um plano de controle e burocratização dos sindicatos e da COB” (...) “O período de pujante dualidade de poderes e de radicalização dura poucos meses, (...), o que determinou que todo este processo aconteceu apenas como germe” o texto termina afirmando que: “A história demonstrou que a dualidade de poderes é em sua essência sempre um regime transitório, que nesse momento se resolveu em favor do nacionalismo de conteúdo burguês, ou seja, da contra-revolução”. Passaremos agora a continuação com o capítulo intitulado “Porque o proletariado não conquistou o poder?” este texto, como o anterior, foram extraídos do tomo 39 das “Obras Completas de Guillermo Lora”, sobre a “Formação da Classe Operária na Bolívia”.

Porque o Proletariado Não Conquistou o Poder?

Por que não pôde o trotskismo, partindo da dualidade de poderes, dirigir as massas para a conquista do poder, que nesse momento significava a derubada do nacionalismo (MNR)? A possibilidade foi colocada de modo real nesse momento e não em abril de 1952. O maior obstáculo que se encontrou foi a convicção da maioria dos explorados de que o regime movimentista era o seu próprio governo. Quando a Central Operária Boliviana adotava decisões que eram impostas ao governo central, o fazia de uma forma elementar, não como o resultado de uma postura política. É verdade que estes fatos poderiam permitir ao proletariado compreender a natureza conservadora do Movimento Nacionalista Revolucionário e diferenciar-se politicamente deste, como ocorrerá algum tempo depois. As atividades do Partido Operário Revolucionário se projetaram nesse sentido, mas a confusão imperante nos meios operários limitou enormemente a sua ação esclarecedora. Não existiram condições para acelerar este processo, que repetimos durou pouco tempo. A possibilidade de que as massas tomassem o poder não pôde transformar-se em realidade. Além disso, devemos frisar um outro ponto negativo: a atividade febril do estalinismo (cuja fama obreirista era indiscutível) era direcionada a consolidar o governo nacionalista, a impedir que as massas abandonassem o MNR. Todo esse trabalho tinha, como podemos observar, um caráter marcadamente contra-revolucionário. O estalinismo, ao mesmo tempo, se empenhou a fundo na tarefa de isolar o trotskismo, o que também era um propósito reacionário. Observando o problema em sua perspectiva histórica, chegamos a conclusão de que o Partido Operário Revolucionário era o único fator político que lutava pela afirmação da independência do proletariado e o avanço da consciência de classe, elementos-chaves que, em seu desenvolvimento, podiam resolver o problema do poder, que neste momento aparecia colocado como uma simples tendência.

Paz Estensoro de uma forma consci-

ente e Lechin sem saber exatamente o que fazia, utilizaram a fórmula enganosa do co-governo para poder conter a diferenciação política entre as massas e o MNR, para colocar um descomunal muro frente aos explorados que lutavam para marchar em seu próprio caminho, que necessariamente deveria ser o oposto ao seguido pelo nacionalismo de conteúdo burguês. Afirmaram que se tratava do co-governo entre a Central Operária Boliviana (para parecer que estavam englobados os operários e os camponeses) e o Movimento Nacionalista Revolucionário, ou seja, a classe média procurando desenvolver uma política independente da da burguesia. Sublinhamos que o período de ouro do co-governo coincide com a depressão do movimento de massas.

A COB estava dirigida pelo lechinismo (Esquerda Movimentista), direção que acentuou seu perfil emeenerista como consequência da momentânea depressão das massas, o que vem demonstrar que sua política se inclinava cada vez mais a se identificar com a orientação do governo Paz Estensoro. O lechinismo na direção da COB partiu de posturas radicais para terminar capitulando ante o imperialismo.

Por que o trotskismo não pode substituir a ala esquerda movimentista da direção da COB? Porque não conseguiu desvanecer a confusão política imperante no seio da Central Operária, porque não teve tempo para demonstrar para as massas, à luz dos acontecimentos, que o lechinismo não era sua legítima expressão política, que cumpria, tanto nos momentos de radicalização como quando se desviava para a direita, a função de agência do nacionalismo burguês no seio dos trabalhadores. A presença e a pujança do lechinismo foi um dos maiores impedimentos para que o proletariado, atuando como direção nacional, tomasse o poder político. É impossível não concluir que o lechinismo, mais que qualquer outra força política, jogou um indiscutível papel contra-revolucionário, e isto foi sumamente perigoso porque ele sempre encontrou uma forma de se camuflar no interior do movimento revolucionário.

O POR atuou de forma homogênea e unitária quando houve a necessidade de assinalar as limitações e o caráter conservador do MNR, mas mostrou muitas deficiências e até caiu na incoerência, toda vez que se viu obrigado a definir sua atitude frente ao lechinismo. Lechin, imediatamente após o 9 de abril, voltou por um breve tempo a ler os discursos redatados pelos dirigentes poristas, o que levou a propagar a lenda de que o líder operário havia se tornado trotskista e muitos esperavam que esse fosse um fato definitivo. Existiu de fato a oscilação de Lechin para a esquerda, mas o erro de grande parte dos trotskistas estava no fato de não ligar esta oscilação às características essenciais à ala esquerda do MNR. O correto deveria ser, sem deixar de lado a política frentista com o lechinismo, orientar-se com firmeza na sua liquidação política. Essa tarefa não foi possível de ser realizada porque no seio do POR não havia unanimidade sobre a caracterização de Lechin como contra-revolucionário, sem ser dito expressamente era tratado como um centrista que constantemente oscilava até as posições do POR e que deste modo coadjuvava a evolução política das massas.

Embora os explorados não tivessem conseguido completar a experiência com o co-governo, este foi cancelado pelo movimentista de direita Silas Zuzo.

A COB da primeira época foi a mais séria ameaça para o governo movimentista, que inclusive não contava com o exército no qual poderia se apoiar e dependia das milícias operárias e camponesas. A estabilidade e o fortalecimento do MNR no poder dependia de que pudesse controlar política e organizativamente a COB, o que se converteu em uma tarefa prioritária para o oficialismo, e o lechinismo jogou um papel fundamental para que esta fosse cumprida.

A COB burocratizada e politicamente dirigida pelo movimentismo passou a ser a base de sustentação mais forte do oficialismo isto até o momento em que apareceu com alguma nitidez a diferenciação política entre as massas e o governo.

Formação Política.

A Terceira Internacional depois de Lênin

Realizou-se no dia 18 de julho, em continuidade a Conferência Regional de São Paulo, o estudo da segunda parte do segundo capítulo do livro de Trotsky: "Stalin, O Grande Organizador de Derrotas (A Terceira Internacional depois de Lênin)", escrito em 1928. Este capítulo descreve o papel da estratégia e da tática na época imperialista.

Segundo Trotsky: "A tática se limita a um sistema de medidas relativas a um problema particular da circunstância ou a um domínio determinado da luta de classe, enquanto que a estratégia revolucionária se estende a um sistema combinado de ações que, em relação, em sua sucessão, em seu desenvolvimento, devem levar o proletariado à conquista do poder". Trotsky aponta que os princípios fundamentais da estratégia revolucionária foram formulados pelo marxismo quando este aponta a base da luta de classes para os partidos revolucionários. A Primeira Internacional só chegou a formular esses princípios. A Segunda Internacional desenvolveu bandeiras somente táticas. Só a Terceira Internacional restabeleceu a estratégia revolucionária do comunismo, a qual subordinou os métodos táticos".

Trotsky faz uma crítica às posições adotadas pelo projeto de programa para o Sexto Congresso da IC, escrito pela direção estalinista que se nega a utilizá-las: "os autores se limitaram a enumerar sucessivamente todas essas verdades elementares, indiscutíveis, sem relacioná-las com o caráter de nossa época histórica, apresentando-as de uma maneira tão escolar e abstrata que poderiam figurar, sem dificuldade alguma, em uma resolução da Segunda Internacional" (...) "Porém no projeto programa examina-se o problema de forma árida e com rapidez esquemática sem recorrer à grandes batalhas do proletariado sem recorrer à experiência viva em

nossa época. Mencionam-se as grandes batalhas do proletariado considerando-se apenas de forma cronológica, árida e não no capítulo sexto, que se trata da estratégia do proletariado, mas no capítulo segundo, que expõe "a crise do capitalismo e a primeira fase da revolução mundial", considera-se assim os grandes combates do proletariado só como acontecimentos objetivos, como expressão da "crise geral do capitalismo".

Trotsky rebate dizendo que "não se pode considerar um programa de ação revolucionária como um resumo de teses abstratas, independente do que ocorreu durante esses anos históricos, deve-se referir aos acontecimentos apoiando-se neles, permitindo por meio de suas teses a compreensão dos grandes acontecimentos da luta do proletariado e todos os fatos importantes da luta ideológica no seio da Internacional Comunista".

Esses comentários foram feitos para demonstrar que a mudança de curso que Stálin tentava dar a Terceira Internacional, principalmente depois dos acontecimentos de 1923 na Alemanha (invasão da Região de Rhur pela França), sempre estava atrasada com relação ao movimento real dos trabalhadores. Tecendo uma crítica ao quinto congresso da IC Trotsky diria: "O Quinto Congresso se reuniu oito meses após a derrota do proletariado alemão, quando todas as conseqüências da catástrofe apareciam já de uma forma manifesta. Então era mais necessário prever o futuro do que examinar o presente. A tarefa primordial do congresso seria chamar clara e implacavelmente a derrota pelo seu nome e clarear a causa subjetiva, e não permitir que ninguém se ocultasse das condições objetivas. Segundo, assinalar que iria ocorrer uma nova etapa durante a qual por algum

tempo as massas retrairiam, a social-democracia cresceria e o partido comunista perderia sua influência."

A direção estalinista, ao invés de fazer a autocrítica de seus erros e procurar acertar nos processos que se sucederiam, procurava culpar a classe operária como a responsável pelas inúmeras derrotas que se seguiram. A tal ponto de colocar novos elementos como motores da revolução ao invés do proletariado (no caso dos camponeses com a Internacional camponesa, no caso dos Sindicalistas com o Comitê Anglo-Russo): "Como uma parte do proletariado se deslocava para a direita, a Internacional Comunista entrou numa fase de idealização dos camponeses, exagerando sem criticá-los, todos os sintomas de "ruptura" entre estes e a sociedade burguesa, passando tintas vivas a todo tipo de organização camponesa efêmera e adulando verdadeiramente os demagogos "camponeses" (como Raditch, dirigente de um pretense partido camponês croata ou o Partido Operário e Camponês dos Estados Unidos).(...) "substitui-se a luta do partido comunista inglês por conquistar as massas organizadas nas *traude-unions* pela esperança de utilizar o mais cedo possível o aparato dessas organizações com fins revolucionários. Graças a essa maneira de abordar o problema desenvolveu-se, depois a política do Comitê Anglo-Russo, que desfechou num duro golpe tanto na URSS como na classe operária inglesa..."

Trotsky conclui este trecho afirmando: "A revolução proletária não pode triunfar sem o partido, fora dele, deixando-o de lado, buscando um sucedâneo. Esse é o principal ensinamento dessa década percorrida".

No próximo número, daremos continuidade a este artigo comentando a nova virada estalinista que levaria as posições do sexto congresso da IC.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Nos números 280 e 283, publicamos extratos do texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”. A partir do número 284, publicamos extratos do livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo”.

3. O papel dos bancos

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista. À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária.

4. Domínio do capital financeiro e exportação de capitais

O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.

Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra.

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.

7. Divisão do mundo

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. A Inglaterra é a primeira que se transforma em país capitalista, e em meados do

século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a “oficina de todo o mundo”, o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas. Mas este monopólio da Inglaterra enfraqueceu já no último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários “protecionistas”, tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados.

8. Substituição da exportação de mercadorias pela de capital

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação “lucrativa”.

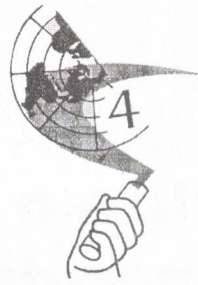
9. Exportação de capitais e colonialismo

No que se refere à Inglaterra, aparecem em primeiro plano as suas possessões coloniais, que são muito grandes também na América (por exemplo o Canadá), sem falar já da Ásia, etc. A gigantesca exportação de capitais encontra-se, no caso da Inglaterra, estreitamente relacionada com as colônias gigantescas, de cuja significação para o imperialismo voltaremos a falar mais adiante.

Nesta edição:

- Rechaço total ao referendo antiboliviano e antipopular.

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Rechaço total ao referendo antiboliviano e antipopular.

É uma enganação burguesa para escravizar mais ainda os oprimidos e explorados. Dada a agudização da luta de classes e das nacionalidades nativas, corresponde não permitir as farsas eleitoreiras; se impõe a ação direta das massas (chamada do Masas boliviano de 09/07/2004)

No último dia 18/07/2004, o governo boliviano realizou seu referendo sobre o gás na Bolívia. Compareceram para votar cerca de 30% dos eleitores aptos, apesar das ameaças de multas e outras punições. O boicote de mais de 60% mostra a rejeição popular à manobra do governo burguês, e reafirma a tese do POR de que as massas bolivianas não têm mais ilusões na democracia burguesa.

Os votantes deram a vitória ao governo, votando SIM nas 5 questões propostas. Na verdade, todas as questões preservavam o controle do gás pelas multinacionais e sua entrega principalmente aos EUA.

A primeira questão era se a lei anterior deveria ser revogada pela nova ou não. No caso de sim, valeria a lei do governo atual e a entrega do gás às multinacionais pelos seus procedimentos. No caso do não, valeria a entrega do gás pela lei do governo anterior.

A segunda questão perguntava se a empresa estatal deveria ser refundada para participar de todo o processo de produção de gás. No caso do não, o controle do minério pelas multinacionais seguiria como é hoje. No caso do sim, a empresa estatal participaria de forma minoritária do processo.

A terceira questão colocava o con-



Os habitantes de El Alto organizaram barricadas para impedir o acesso à capital pelo aeroporto

trole estatal do gás a partir da compra de concessões. Mas como essa questão se subordina aos contratos firmados, então mesmo a compra de concessões só colocaria o gás formalmente sob controle estatal. O sim e o não não alteraram os contratos de entrega às multinacionais.

A quarta questão autorizava ou não o governo negociar com o Chile a troca de gás por uma saída para o mar. No caso de sim, o governo faria o que bem entendesse e entregaria o gás. No caso de não, a solução da questão ainda ficaria nas mãos do governo.

A quinta questão era da de determinar

50% do valor das exportações para investimento interno. No caso de sim, esse investimento se reverteria para as próprias multinacionais que controlam a produção e distribuição. No caso de não, então nada seria investido internamente.

O plebiscito foi chamado para se contrapor às mobilizações populares que exigiam a nacionalização do gás, uma das

bandeiras do levante de outubro de 2003.

O governo chamou o voto no sim e obteve apoio da minoria que votou. Evo Morales e o MAS defenderam a participação no plebiscito, e foram derrotados duas vezes. A COB defendeu o boicote ao plebiscito por causa da manipulação na sua formulação. O POR combateu o plebiscito porque ele colo-

cava nas mãos da burguesia a solução dos problemas, era uma via de enganar as massas que procuram, pela ação direta, colocar a produção do gás sob controle nacional, a partir do confisco sem indenização das multinacionais e entrega aos operários.

Publicamos abaixo alguns artigos publicados no Masas boliviano:

Mesa (a burguesia) utiliza o referendo para que o povo adormecido aceite a opressão e a exploração das transnacionais e do imperialismo

O referendo foi idealizado, elaborado e está sendo timoneado pela burguesia e seu governo. Pretende-se fazer crer que o povo poderá assinalar por sua conta seu presente e seu futuro. Os oficialistas e seus lacaios escondem que toda essa manipulação prega o respeito, defesa e até reverência da propriedade priva-

da dos meios de produção, o que significa sustentar que continuará impedindo a ditadura opressiva da burguesia, de sua grande propriedade, de sua política vende-pátria e fomeadora.

As informações estatísticas demonstram que a maioria da população não entende o conteúdo da fórmula do

referendo. Aos de cima lhes interessa unicamente que toda a população vote, porque essa impostura será utilizada pelo oficialismo como argumento para "legitimar" sua ditadura.

(extraído do Masas boliviano no. 1909, de 02/07/2004)

Uma clarificação necessária sobre a fraude do referendo

O governo, a burguesia, os politiqueros democratizantes e corruptos se lançam a enganar a população com a promessa de que o referendo a converterá em governante livre e que abrirá a perspectiva de seu enriquecimento e felicidade sem limites.

Os demagogos impostores escondem pontualizar o governo, de que classe social organiza o referendo e que é dentro do ordenamento jurídico da burguesia.

A conclusão obrigatória diz que toda essa manobra se consumará respeitando os interesses das multinacionais (ou seja, do imperialismo).

Os agentes da burguesia não se ruborizam quando dizem que o referendo afirmará a soberania e os interesses econômicos e jurídicos da república boliviana, democrática e todo-poderosa, e uma infinidade de disparates do mesmo calibre. A burguesia, que espera afirmar-se graças ao referendo, é a que converteu a Bolívia em colônia do imperialismo norte-americano, na que se resolvem todos os problemas de acordo com o que ordenam os Estados Unidos da América do Norte. Não esquecer que

quem governa não é Carlos Mesa e sim o embaixador vice-rei da Avenida Arce (dos EUA).

A partir do Palácio Queimado se difunde a idéia de que quem finge de governo resolverá todos os problemas e instaurará o paraíso terreno com ajuda do referendo e a constituinte (nova Constituição), processo no qual as massas lhe prestarão todo seu apoio.

A verdade é outra. Os oprimidos e explorados se encaminham a destruir a grande propriedade privada burguesa para substituí-la pela social. Essa é a essência do processo revolucionário que avança de maneira firme e que acabará com a opressão ianque e com o governo que é seu servente.

(extraído do Masas boliviano no. 1910 de 09/07/2004)



A maioria da população se absteve do plebiscito